

Concluamos pelo bom-senso, que, ao contrário do pretendido, não resolve problemas de sentido, antes converte a razão académica em trivialidade. Escreve a autora que poucos clérigos portugueses seriam de alinhar pela figura predatória do corvo, como poucos poderiam compaginar-se pelo ideal do Bom Pastor. Escreve ainda que a atenção aos extremos do muito bom e do muito mau passa em silêncio, por desinteressante, a mediocridade competente e conscienciosa.

A professora Baubeta reconhece as virtudes do meio termo e o império do bom-senso. No meio termo residiria a representatividade sócio-histórica. A mediocridade competente e conscienciosa corresponderia à realidade dos comportamentos colectivos.

Estes grandes números, todavia, não parecem acessíveis pelas fontes históricas ou pelas fontes literárias – nem pelos estereótipos, apesar da difusão e da trivialidade, e posto sejam lugares-*comuns*. A conclusão honra a escolha do «estereótipo» para motor da análise, pois o «estereótipo» mais não era do que um equivalente no plano metodológico da noção de que o mundo social, como lugar onde se deixam correr as coisas que estão correndo, é ao mesmo tempo desestruturado e óbvio. Parece justo que esse mundo óbvio e supostamente sem estrutura se vingue do livro através da mediocridade competente e conscienciosa (uma espécie de espessura empírica), forçando-o a reconhecer que o seu objecto de análise não tem nem realidade nem representatividade que cheguem para o fazer existir.

Olhando atrás, como parece que se faz quando se procura a estruturação e o sentido de um livro, somos sensíveis à falta de unidade deste, que não parece remediada nem pela introdução nem pelos instantes de transição entre matérias e capítulos. A matéria ficcional estudada reparte-se por dois blocos, respectivamente representados pela descrição geral dos estereótipos anticlericais e pelos dois capítulos sobre superstição e jogo, sendo que estes dificilmente representam a aplicação a casos particulares do que naquela poderia passar por princípios gerais; a matéria propriamente histórica – pregação e codificação normativa de comportamentos – põe em perspectiva condutas que não são exactamente as mesmas que se encontram nas tipificações desabonatórias e outras que só tangencialmente as tocam (cf. o desazo na convocação de sínodos). A contrastação das expressões convencionais do desfavor com a documentação emergente daquelas actividades clericais parece forçada e, como se disse, supérflua. O estudo das últimas subsistiria sem a compaginação com as primeiras. Em suma, o efeito que o livro faz é o de um conjunto de estudos autónomos, posteriormente referidos a um mesmo tema no intuito de lhes conferir uma unidade de objecto e argumento.

Américo Lindeza Diogo  
Ana Maria S. A. Rodrigues  
Universidade do Minho

*VISITAÇÕES e Pastorais de São Pedro da Ericeira, 1609-1855.* Nota codicológica de Aires Augusto Nascimento, introdução de Maria do Rosário Themudo Barata, transcrição de João Liberata Machado. Ericeira: Ed. Mar e Letras, 1998.

Desde há algum tempo que têm constituído objecto de análise historiográfica os dispositivos de intervenção pastoral que se desenvolveram nas monarquias católicas pós-tridentinas. Referimo-nos a essa vasta constelação institucional que, no caso português, inclui

a reorganização dos bispados e dos vicariatos, a reforma das ordens religiosas, a reforma assistencial e a Inquisição, os registos paroquiais, as missões interiores e ultramarinas, as pregações, as instruções doutrinárias e a confissão... as visitas pastorais. De alguma forma, todos estes dispositivos fizeram parte de uma estratégia pastoral impulsionada pela Igreja católica portuguesa pós-tridentina – frequentemente em consonância com os próprios interesses da coroa, ou mesmo estimulada por esta –, a qual tinha como objectivo modelar a sociedade em função de determinadas ideias (sujeita a recepções, adaptações e recriações aos mais diversos níveis, é certo) em torno daquilo que devia ser uma verdadeira *respublica christiana*.

Na historiografia europeia tem-se recorrido ao conceito de «confessionalização» e de «disciplinamento social», originados no contexto da historiografia e da sociologia alemãs, e com grande impacto nas historiografias italiana e mesmo francesa, para descrever este processo de transformação social que associou agentes políticos e religiosos e que contribuiu, em última instância, para a própria *modernização* das sociedades europeias. Demonstrou-se, por exemplo, que a própria ideia de «disciplina» era recorrente nos escritos políticos e religiosos da época, denotando a valorização de novos modelos de ordem por parte dos agentes políticos de então. A expressão administrativa desta tendência iria ser muito diversificada, não se subsumindo, aliás, aos dispositivos religiosos acima referidos, mas incluindo, ainda, as reformas jurídicas e administrativas, o progressivo controle dos exércitos, o ordenamento do trabalho e do ócio, etc., etc; procurando intervir, por fim, no foro mais íntimo da vida pessoal de cada sujeito, no governo de si-próprio, para utilizar uma expressão cunhada por Aristóteles que adquire uma grande ressonância na época moderna.

É em relação a estes sonhos políticos que se destacam os mecanismos religiosos, os mais eficientes na comunicação e na impressão destas mesmas urgências no mais fundo do coração e da consciência de cada um, contribuindo, dessa forma, para a transformação das «disposições psico-sociais do homem, em função de um sistema de valores e de regras de comportamentos orientados para garantir a convivência num mundo em que as relações sociais se diversificam progressivamente» – síntese feliz de Federico Palomo, autor de uma recente dissertação de doutoramento sobre as missões interiores de jesuítas na diocese de Évora, durante os séculos dezasseis e dezassete.

Todavia, e apesar do trabalho importantíssimo que tem sido desenvolvido nas últimas décadas tanto nos grupos de história da espiritualidade de José Adriano Freitas de Carvalho e de Maria de Lurdes Correia Fernandes, no Porto, dos projectos de Joaquim Ramos de Carvalho e de José Pedro Paiva, em Coimbra, quanto no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, para não falar de percursos mais individuais como o de Maria Idalina Resina Rodrigues, Eugénio dos Santos e de Francisco Bethencourt ou, mais recentemente, do mesmo Federico Palomo del Barrio, entre outros, a verdade é que ainda se torna difícil traçar um panorama geral sobre as transformações profundas, por vezes silenciosas, que se verificaram a partir da segunda metade do século XVI, no reino de Portugal e suas dependências ultramarinas, nomeadamente sobre aquelas que tiveram no agente religioso o seu denominador comum.

É provável que muitas das lacunas sejam supridas pela *História Religiosa de Portugal* e o *Dicionário de História Religiosa*, em publicação. Esta edição, porém, não supre a necessidade de publicações mais específicas e, em particular, da edição de fontes, expediente incontornável na disponibilização de nova informação. Conjuntamente com as mais recentes aportações de uma nova história política, institucional e cultural, estas publicações permitirão, a um médio prazo, reflexões cada vez mais relacionais de todos estas transformações que ocorreram na época moderna.

As fontes que agora se apresentam – dois livros de visitação da paróquia de São Pedro da Ericeira, estantes no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do mesmo lugar, os quais compreendem os períodos de 1609 a 1752, o primeiro, e de 1757 a 1855, o segundo – são particularmente relevantes se pensadas nestes contextos da reflexão historiográfica. Do primeiro livro constam, apenas, visitas pastorais, enquanto que o segundo é complementado, na sua maior parte, por algumas cartas pastorais e provisões relacionadas com a vida moral da paróquia ou dos cristãos em geral.

São as visitas pastorais que mais nos interessam, de momento.

A visita pastoral constituía, como o nome indica, uma visita à comunidade paroquial exercida por um oficial episcopal (não sendo o bispo, um visitador por ele designado), a qual tinha como principal objectivo avaliar o comportamento moral dos membros dessa mesma comunidade. Era recomendável que as visitas fossem anuais, embora tal nem sempre acontecesse; esse é o caso da paróquia da Ericeira, onde se verificou, principalmente a partir da segunda metade do século XVII, um distanciamento maior entre cada visita, embora durante largos períodos as visitas anuais tivessem sido realizadas sem interrupção. É sabido, ainda, que uma das especificidades do caso português reside no facto de, aqui, serem os próprios paroquianos a exercerem o papel de informadores dos visitadores. Infelizmente nenhum dos dois livros de S. Pedro da Ericeira apresenta os documentos resultantes dos testemunhos, das denúncias, das informações fornecidas pelos fregueses.

São, então, os relatos dos visitadores resultantes das visitas pastorais feitas a S. Pedro da Ericeira nos séculos XVII e XVIII a principal matéria que constitui esta edição. Mesmo na ausência dos testemunhos dos habitantes da comunidade sujeita à visita, não se pode deixar de realçar o valor deste tipo de documentos para o estudo da vida social local, dado o nível de detalhe que, frequentemente, caracteriza as descrições feitas nos relatos que resultavam do acto de visitação. É certo que à própria visita estava inerente um determinado ponto de vista – a matriz católica pós-tridentina – que condicionava os significados atribuídos à realidade observada. Todavia, e dependendo do olhar do próprio visitador, e das informações fornecidas pelos próprios paroquianos, permaneciam amplas margens de variação e de mediação, e a leitura destas mesmas visitas informa-nos, desde já, que as percepções da disciplina, da transgressão, do pecado – e do modo como se devia lidar com eles – eram bastante diferentes no seio do próprio agente religioso, do visitador ao cura, ou mesmo entre visitadores. Para não referir, claro está, as ainda maiores diferenças que se verificavam no seio da própria comunidade local.

Foram essas algumas das impressões que subsistiram depois de uma rápida análise das visitas realizadas, de forma ininterrupta entre 1609 e 1635, em S. Pedro da Ericeira.

Durante este período, apenas uma vez o prelado visitaria a paróquia, verificando-se a existência de períodos em que um mesmo visitador realizaria a visitação durante anos seguidos (caso de Tomás Gonçalves Ferreira, de João Travaços e de António Carvalho Parada), o que lhes permitia a estes um contacto mais profundo com a realidade local, e por isso mesmo, um maior rigor no disciplinamento da mesma (ou, quem sabe?, o estabelecimento de solidariedades locais por parte do visitador, as quais constituíam, por sua vez, um óbice à independência da própria visita). Estes períodos alternavam com outros em que se sucediam diferentes visitadores, com as vantagens e desvantagens, correlativamente inversas, que essa sucessão podia comportar.

Independentemente do visitador, porém, os interrogatórios destas visitas eram claramente tipificados, pelo que não admira que estes relatos insistam sobretudo, quase todos eles, em questões relativas ao estado da igreja, à dignidade do culto, às esmolas dos crentes, aos

frequentes e insanáveis ódios entre mulheres, aos casos de mancebia, e, mesmo, ao descuido do clero tanto em relação ao culto (o estado das alfaías, a compostura dos fregueses no interior e no exterior da igreja) quanto em relação aos seus próprios comportamentos morais (à sua ambição desmedida, aos seus comportamentos desregrados, à sua falta de modéstia, etc.). Na verdade, quase todos estes temas eram tópicos frequentes, atravessando a geografia moral do reino. Mais específicos à comunidade em causa seriam, entre outros, os problemas relacionados com o facto de os pescadores locais não guardarem o Domingo e lançarem as suas redes ao mar antes mesmo da missa dominical – acto que persistiria, surdo a todas as admoestações –, ou com os meninos não serem doutrinados devidamente, já que muitos deles partiam nas naus que tinham como destino as partes de além-mar, lugares onde a negação da fé cristã se tornava cada vez mais frequente. Sobre quase todas estas situações pairava a ameaça da excomunhão. Todavia, e curiosamente revelador do impacto e do efeito local que uma visitação (e respectivas ameaças e punições) podia ter ou não ter, é o facto de nos textos dessas mesmas visitasões se verificarem, cada vez mais, admoestações relacionadas com o não cumprimento do que fora decidido na visitação anterior! E assim sucessivamente, ano após ano.

Em todo o caso, torna-se evidente, feita uma leitura mais diacrónica destas mesmas fontes, a tentativa de uma intervenção cada vez maior, da parte do agente religioso, no disciplinamento da vida local. Um número crescente de comportamentos sociais locais são identificados como moralmente impróprios, outros como supersticiosos, outros ainda como desrespeitadores do sagrado da igreja – ou seja, o campo da ortodoxia tendia a excluir mais e mais, pelo menos teoricamente, as variações, a variabilidade, *determinadas diferenças*.

Interessante, ainda, é a presença de temas que indiciam a introdução de novos hábitos sociais e culturais. Em 1631, por exemplo, António Carvalho Parada, arcepreste e jurista famoso, refere o facto de o povo se escandalizar com os clérigos que vinham de fora e que tomavam tabaco na própria igreja, «que hé tão grande indecência que até os seculares a estranham» (p. 80). O uso do tabaco pelos clérigos, que viria a motivar, inclusive, algumas disputas teológicas, era uma novidade à qual se associava, no senso comum, a ideia de vício e de pecado. Tanto mais numa pequena povoação piscatória! A denúncia denota, em qualquer caso, a difusão crescente de novos hábitos, mesmo no seio do mundo eclesiástico (provavelmente adquiridos e transmitidos pelos missionários que tinham passado por lugares ultramarinos), e o papel que os agentes religiosos podem ter desempenhado na divulgação de algumas dessas «novidades» no interior das suas próprias paróquias.

Enfim. Muitas outras páginas seriam necessárias para reflectir sobre o manancial informativo que este tipo de fontes encerra. Os textos de apoio providenciam uma contextualização geral às visitas e às cartas pastorais agora publicadas, embora nem sempre estejam informados sobre o que de mais recente se tem feito sobre estas matérias. Maria do Rosário Themudo Barata, por exemplo, não se refere, à investigação realizada para a diocese de Coimbra por Joaquim de Carvalho e por João Pedro Paiva, a qual oferece indicações importantes para analisar, também, o caso da Ericeira. Ou não propõe pensar estes textos – e os dispositivos que lhes subjazem – no contexto das transformações das configurações de poder e de sociedade que estão a ter lugar por toda a Europa, embora o refira *en passant*. Em todo o caso, tais observações em nada diminuem a importância desta publicação tanto para os estudos locais, quanto para análises mais sistemáticas sobre essas épocas tão estudadas e ainda tão desconhecidas. Por fim, e ainda no mesmo sentido, uma palavra de apreço para a editora «Mar de Letras», que com este livro continua uma actividade já assinalável em prol do conhecimento histórico, e da história local, em particular.

Ângela Barreto Xavier